

Ofício Nº 018/GAB. 15/CMOPO/RO.

EM 16 DE JULHO DE 1996.




Senhor Presidente,

O Vereador subscritor do presente, envia à Vossa Excelência o Projeto de Lei nº 158 de 16 de julho de 96 que "Altera o Parágrafo 1º do Artigo 65 da Lei nº 376 de 10 de abril de 1.992", a fim de que Vossa Excelência encaminhe ao Plenário desta Casa Legislativa.

Sendo o que apresento para o momento  
sou-lhe mui,

Camara Municipal de Ouro  
Preto do Oeste  
Serv. de Protocolo  
Recebido em 16/07/96  
Horas: 10hs 35min

Cordialmente

  
JOÃO NOGUEIRA DO NASCIMENTO  
VEREADOR - PFL

EXMO. SR.

BRAZ RESENDE

M.D. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE/RO.

N E S T A




M E N S A G E M

Justifica-se o presente Projeto de Lei ,  
uma vez que o Presidente do IPAM - Instituto de Previdência e Assis-  
tência dos Servidores Públicos Municipal de Ouro Preto do Oeste, de-  
ve ser pessoa do Quadro efetivo dos Servidores do Município, pois as  
sim este terá maiores interesses em preservar este Instituto que é  
de suma importancia para os Servidores do Município.

OURO PRETO DO OESTE - RO.

EM, 16 DE JULHO DE 1.996.

  
João Nogueira do Nascimento  
Vereador - REL

  
Draz Resende  
Presidente  
CMOPO/OO

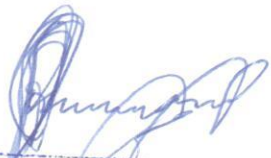


M E N S A G E M

Justifica-se o presente Projeto de Lei ,  
uma vez que o Presidente do IPAM - Instituto de Previdência e Assis-  
tência dos Servidores Públicos Municipal de Ouro Preto do Oeste, de-  
ve ser pessoa do Quadro efetivo dos Servidores do Município, pois as-  
sim este terá maiores interesses em preservar este Instituto que é  
de suma importancia para os Servidores do Município.

OURO PRETO DO OESTE - RO.

EM, 16 DE JULHO DE 1.996.

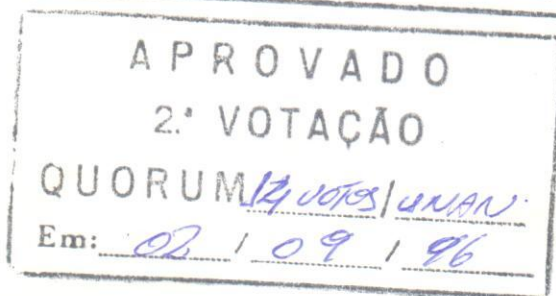
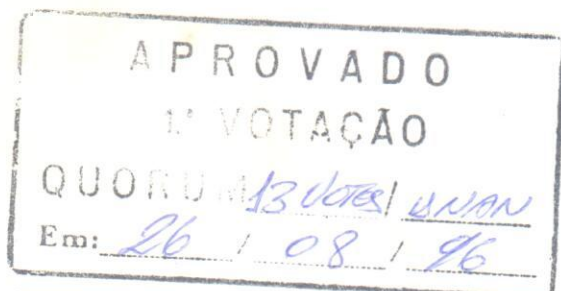
  
João Nogueira do Nascimento  
Vereador - PFL

  
Braz Resende  
Presidente  
CMOPOIRO

PROJETO DE LEI Nº

158/96

DE 16 DE JULHO DE 1.996.



"ALTERA O PARÁGRAFO 1º DO ARTIGO 65'  
DA LEI Nº 376 DE 10 DE ABRIL DE 1992

to do Oeste-RO,

Faz saber que a Câmara Municipal a-  
provou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º) O Parágrafo 1º do Artigo 65  
da Lei nº 376 de 10 de abril de 1992, passa a vigorar com a seguinte  
redação:

"§ 1º) O Diretor Presidente é esco-  
lhido por escrutínio secreto entre os Servidores efetivos do Municí-  
pio, pelos próprios Servidores em Assembléia, sendo eleito o que ob-  
ter maioria de votos, tendo o seu mandato por 02 (dois) anos, renova-  
vel uma só vez por igual período, sendo nomeado pelo Prefeito Municipi-  
pal.

I - Os candidatos a Presidente do  
IPAM serão escolhido entre os Servidores Efetivos em pleno exercício'  
de suas funções.

II - Os Candidatos deverão possuir '  
no mínimo o primeiro Grau Completo em sua Escolaridade.

III- A Assembléia será convocada a  
reunir-se para a votação da escolha do Presidente por qualquer um dos

D

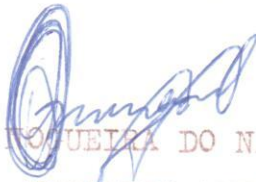




demais Membros Conselheiros, desta votação será lavrada Ata que após assinada pelos Conselheiros sera enviada ao Senhor Prefeito que deve rá Nomear o Presidente eleito no prazo de 15 (quinze) dias, a par tir do recebimento da respectiva Ata de votação.

Art. 2º) O Conselho Fiscal do IPAM deve rá em caso de imprudência ou má fé do Presidente do IPAM, requerer a Exoneração do mesmo ao Sr. Prefeito, após Reunião e aprovação de 2/3 (dois terço) do numero total dos Conselheiros e ata devidamente assi nada por estes.

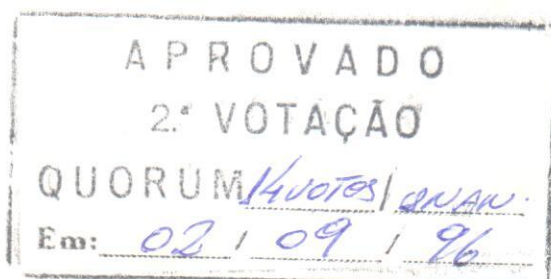
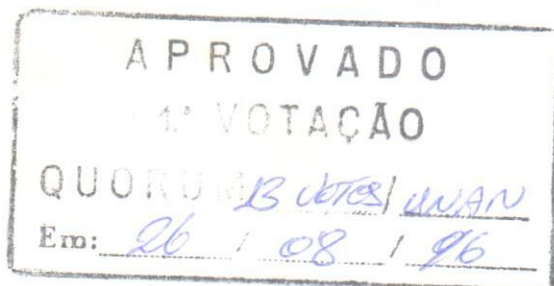
Art. 3º) Esta Lei entrará em vigor a partir de 01 de janeiro de 1.997, revogadas as disposições em contrá rio.

  
JOÃO PINHEIRO DO NASCIMENTO  
VEREADOR AUTOR

  
BRAZ REZENDE  
VEREADOR AUTOR

PROJETO DE LEI Nº 158/96

DE 16 DE JULHO DE 1996.



"ALTERA O PARÁGRAFO 1º DO ARTIGO 65'  
DA LEI Nº 376 DE 10 DE ABRIL DE 1992

O Prefeito do Município de Ouro Preto do Oeste-RO,

Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º) O Parágrafo 1º do Artigo 65 da Lei nº 376 de 10 de abril de 1992, passa a vigorar com a seguinte redação:

"§ 1º) O Diretor Presidente é escolhido por escrutínio secreto entre os Servidores efetivos do Município, pelos próprios Servidores em Assembléia, sendo eleito o que obter maioria de votos, tendo o seu mandato por 02 (dois) anos, renovável uma só vez por igual período, sendo nomeado pelo Prefeito Municipal.

I - Os candidatos a Presidente do IPAM serão escolhido entre os Servidores Efetivos em pleno exercício' de suas funções.

II - Os Candidatos deverão possuir ' no mínimo o primeiro Grau Completo em sua Escolaridade.

III- A Assembléia será convocada a reunir-se para a votação da escolha do Presidente por qualquer um dos

PROJETO DE LEI Nº 158/96

DE 16 DE JULHO DE 1.996.

APROVADO  
1ª VOTAÇÃO  
QUORUM 13 VOTOS / UNAN  
Em: 26 / 08 / 96



APROVADO  
2ª VOTAÇÃO  
QUORUM 14 VOTOS / UNAN  
Em: 02 / 09 / 96

"ALTERA O PARÁGRAFO 1º DO ARTIGO 65'  
DA LEI Nº 376 DE 10 DE ABRIL DE 1992

to do Oeste-RO,

O Prefeito do Município de Ouro Preto

Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º) O Parágrafo 1º do Artigo 65 da Lei nº 376 de 10 de abril de 1992, passa a vigorar com a seguinte redação:

"§ 1º) O Diretor Presidente é escolhido por escrutínio secreto entre os Servidores efetivos do Município, pelos próprios Servidores em Assembléia, sendo eleito o que obter maioria de votos, tendo o seu mandato por 02 (dois) anos, renovável uma só vez por igual período, sendo nomeado pelo Prefeito Municipal.

I - Os candidatos a Presidente do IPAM serão escolhido entre os Servidores Efetivos em pleno exercício de suas funções.

II - Os Candidatos deverão possuir no mínimo o primeiro Grau Completo em sua Escolaridade.

III- A Assembléia será convocada a reunir-se para a votação da escolha do Presidente por qualquer um dos

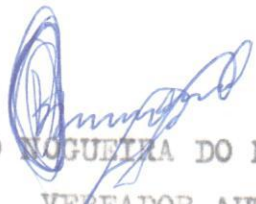





demais Membros Conselheiros, desta votação será lavrada Ata que após assinada pelos Conselheiros será enviada ao Senhor Prefeito que deverá Nomear o Presidente eleito no prazo de 15 (quinze) dias, a partir do recebimento da respectiva Ata de votação.

Art. 2º) O Conselho Fiscal do IPAM deverá em caso de imprudência ou má fé do Presidente do IPAM, requerer a Exoneração do mesmo ao Sr. Prefeito, após Reunião e aprovação de 2/3 (dois terço) do numero total dos Conselheiros e ata devidamente assinada por estes.

Art. 3º) Esta Lei entrará em vigor a partir de 01 de janeiro de 1.997, revogadas as disposições em contrário.

  
JOÃO NOGUEIRA DO NASCIMENTO  
VEREADOR AUTOR

  
BRÁZ REZENDE  
VEREADOR AUTOR

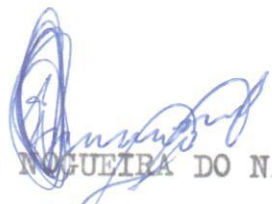




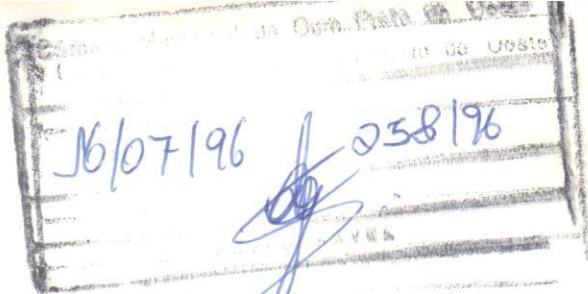
demais Membros Conselheiros, desta votação será lavrada Ata que após assinada pelos Conselheiros sera enviada ao Senhor Prefeito que deve rá Nomear o Presidente eleito no prazo de 15 (quinze) dias, a par tir do recebimento da respectiva Ata de votação.

Art. 2º) O Conselho Fiscal do IPAM deve rá em caso de imprudência ou má fé do Presidente do IPAM, requerer a Exoneração do mesmo ao Sr. Prefeito, após Reunião e aprovação de 2/3 (dois terço) do numero total dos Conselheiros e ata devidamente assi nada por estes.

Art. 3º) Esta Lei entrará em vigor a partir de 01 de janeiro de 1.997, revogadas as disposições em contrá rio.

  
JOÃO NOGUEIRA DO NASCIMENTO  
VEREADOR AUTOR

  
BRÁZ REZENDE  
VEREADOR AUTOR



AO GABINETE DO PRESIDENTE:

SEGUE O PRESENTE PROCESSO MONTADO NESTA DATA ATRAVÉS DOS DOCUMENTOS EM ANEXO AO MESMO.

Em, 16-07-96.

à Div. Legislativa

Pegue o presente processo para conhecimento do Plenário

Em, 16-07-96

Eba

Do Plenoário (Entendimento dos nobres  
Veneráveis em, 05-08-96

[Signature]

Do Acosson Jurídico,

Segue o presente processo para o Acosson  
Técnico Jurídico, em, 05-08-96.

[Signature]

A Comissão Legislativa  
Encaminha projeto de lei para  
ser apreciado pelas Comissões

ESTADO DE RONDÔNIA  
CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE



ASSESSORIA JURÍDICA

PROJETO DE LEI Nº 158 DE 16 DE JULHO DE 1996.

ASSUNTO: "ALTERA O PARÁGRAFO 1º DO ARTIGO 65  
DA LEI Nº 376 DE 10 DE ABRIL DE 1992"

PARECER TÉCNICO-JURÍDICO

O Projeto ora em análise é Constitucional, en-  
contra amparo legal em nossa Lei Orgânica Municipal.


A nesso sentir o presente Projeto, busca dar  
mais autonomia ao Presidente do I P A M, bem assim aos Conselhei-  
ros, querendo assim que o Instituto funcione administrativamente,  
melhor e tenha mais independência em cobrar da Prefeitura Munici-  
pal seus Créditos para com a mesma.

Buscando sem dúvida mais transparência no se-  
tor administrativo do Instituto.

Razões pelas quais, somos de parecer que o Pro-  
jeto é Juridicamente válido, devendo pois ser analisado pelas Co-  
missões de Justiça e Redação, Educação e Assistência Social.

É nosso Parecer.

Sala da Assessoria, aos 06 de agosto de 1996.

  
\_\_\_\_\_  
JOSÉ MARTINS DOS ANJOS  
ASSESSOR-JURÍDICO



A Divisão Legislativa;  
Segue o presente processo para  
providências necessárias em, 30-08-96



Antônio de Souza Pena Filho  
vereador - PSDB

A Assessoria Jurídica;

Segue o presente projeto de Lei; já  
aprovado, encaminhado ao Executivo, e  
mesmo vencido o prazo de ser sancionado,  
para promulgação em, 09-10-1996

À Exmo Senhor Presidente  
Segue o presente projeto  
para ser promulgado nos  
termos do Art 42 parágrafo  
4º da Lei Orgânica Mun-  
icipal. -

Sabemos que existem irre-  
gularidades no projeto, no  
entanto por, outro projeto



ESTADO DE RONDONIA  
CAMARA MUNICIPAL DE OURO DE PRETO DO OESTE



EMENDA MODIFICATIVA Nº001/96 AO PARAGRAFO 1º DO ARTIGO 1º DO PROJETO DE LEI Nº158/96 DE 16 DE JULHO DE 1996.

COMISSÃO PERMANENTE DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

Fica assim redigido o § 1º do artigo 1º.


§ - 1º - O Diretor Presidente é escolhido por escrutínio secreto entre os Servidores efetivos do Município, pelos próprios Servidores em Assembléia, sendo eleito o que obter maioria de votos, tendo o seu mandato por 01 (UM) ano, renovável uma só vez por igual período, sendo nomeado pelo Prefeito Municipal.


I - Os candidatos a Presidente do IPAM serão escolhido entre os Servidores Efetivos em pleno exercício de suas funções.


II - Os candidatos deverão possuir no mínimo o primeiro Grau Completo em sua Escolaridade.

III - A Assembléia será convocada a reunir-se para a votação da escolha do Presidente por qualquer um dos demais Membros Conselheiros, desta votação será lavrada Ata que após assinada pelos Conselheiros será enviada ao Senhor Prefeito que deverá Nomear o Presidente eleito no prazo de 15 (QUINZE) dias, a partir do recebimento da respectiva Ata de Votação.

APROVADO
VOTAÇÃO ÚNICA
QUORUM <u>3/3</u> / <u>UNAN.</u>
Em: <u>26/08/96</u>

  
AURO VIEIRA COELHO  
VEREADOR - PMDB

  
ALVARO GONÇALVES ROCHA  
VEREADOR

  
ÉLIO ALVES DE SOUZA  
VEREADOR - PMDB

ESTADO DE RONDONIA  
CAMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE



COMISSÃO PERMANENTE DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº158/96 DE 16 DE JULHO DE 1996.

ASSUNTO: " ALTERA A PARAGRAFO 1º DO ARTIGO 65 DA LEI Nº376 DE 10  
DE ABRIL DE 1992 " .


PARECER DO RELATOR DA COMISSÃO Nº048/96

*Em análise ao Projeto de Lei em pauta,  
com base no Parecer Técnico Jurídico, sentimos que o mesmo é  
constitucional e legal, e em sua redação optamos por modificar o  
parágrafo 1º do Artigo 1º, ficando assim, melhor redigido ao nos-  
so sentir.*

*Isso posto, somos de Parecer favorável  
pela aprovação do referido.*

é nosso Parecer.

Sala das Comissões em, 13 / 08 / 96.

  
\_\_\_\_\_  
ÉLTON ALVES DE SOUZA  
RELATOR

ESTADO DE RONDONIA  
CAMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE



COMISSAO PERMANENTE DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº158/96 DE 16 DE JULHO DE 1996.

ASSUNTO: " ALTERA A PARAGRAFO 19 DO ARTIGO 65 DA LEI Nº376 DE 10  
DE ABRIL DE 1992 " .

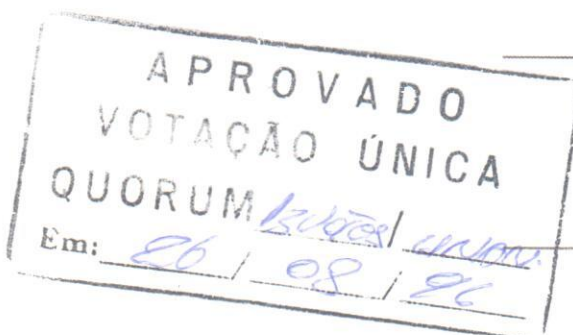
PARECER E VOTO DA COMISSAO Nº048/96

*Em análise ao Projeto de Lei em pauta, com base no Parecer Técnico Jurídico, sentimos que o mesmo é constitucional e legal, e em sua redação optamos por modificar o parágrafo 19 do Artigo 19, ficando assim, melhor redigido ao nosso sentir.*

*Issô posto, somos de Parecer favorável pela aprovação do referido.*

é nosso Parecer.

Sala das Comissões em, 13 / 08 / 96.



  
AURO VIEIRA COELHO  
PRESIDENTE

  
ÉLIO ALVES DE SOUZA  
RELATOR

  
ALVARO GONCALVES ROCHA  
MEMBRO

ESTADO DE RONDÔNIA  
CAMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE



COMISSÃO PERMANENTE DE EDUCAÇÃO E ASSISTENCIA SOCIAL

PROJETO DE LEI Nº158/GAB.15/CMOPO/96

ASSUNTO: " ALTERA O PARAGRAFO 1º DO ARTIGO 65 DA LEI Nº376 DE 10  
DE ABRIL DE 1992 " .

PARECER DO RELATOR DA COMISSÃO Nº06/96

*O Projeto de Lei em análise, trata-se de modificar e melhorar a forma de administrar o IPAM, sendo que o Diretor Presidente é eleito pelos funcionários Públicos Municipais, visto isso em uma forma viável e de melhoria para o então citado instituto.*

*Isso posto somos de Parecer favorável que o mesmo seja aprovado.*

*E Nosso Parecer.*

*Sala das Comissões em, 20 / 08 / 96.*

  
RONILTON RODRIGUES REIS  
RELATOR



ESTADO DE RONDONIA  
CAMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE



COMISSÃO PERMANENTE DE EDUCAÇÃO E ASSISTENCIA SOCIAL

PROJETO DE LEI Nº158/GAB.15/CMOPO/96

ASSUNTO: " ALTERA O PARAGRAFO 1º DO ARTIGO 65 DA LEI Nº376 DE 10 DE ABRIL DE 1992 " .

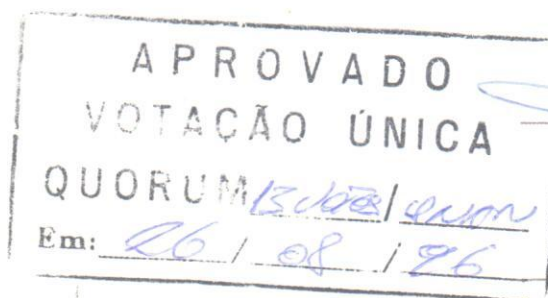
PARECER E VOTO DA COMISSÃO Nº06/96

O Projeto de Lei em análise, trata-se de modificar e melhorar a forma de adiministrar o IPAM, sendo que o Diretor Presidente é eleito pelos funcionários Públicos Municipais, visto isso em uma forma viável e de melhoria para o então citado instituto.

Isso posto somos de Parecer favorável que o mesmo seja aprovado.

é Nosso Parecer.

Sala das Comissões em, 20 / 08 / 96.



ANTONIO DE SOUZA PENA FILHO  
PRESIDENTE

RONILTON RODRIGUES DEIS  
RELATOR

IVAN JOSÉ DA SILVA  
MEMBRO



ESTADO DE RONDÔNIA  
CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE

PROJETO DE LEI Nº158/96

DE 16 DE JULHO 1.996.

APROVADO	
1ª VOTAÇÃO	
QUORUM	B. Votos / 12 ANV.
Em:	26 / 08 / 96

APROVADO	
2ª VOTAÇÃO	
QUORUM	14 Votos / 12 ANV.
Em:	02 / 09 / 96

seguinte LEI.

“ ALTERA O PARÁGRAFO 1º DO  
ARTIGO 65 DA LEI Nº376 DE 10  
DE ABRIL DE 1992 “.

O Prefeito do Município de Ouro Preto do Oeste - RO,  
Faz saber, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a

Art. 1º) O Parágrafo 1º do Artigo 65 da Lei nº376 de 10 de  
abril de 1992, passa a vigorar com a seguinte redação:

§ - 1º - O Diretor Presidente é escolhido por escrutínio secre-  
to entre os Servidores efetivos do Município, pelos próprios Servidores em Assembléia,  
sendo eleito o que obter maioria de votos, tendo o seu mandato por 01 (UM) ano, renovável  
uma só vez por igual período, sendo nomeado pelo Prefeito Municipal.

I - Os candidatos a Presidente do IPAM serão escolhido entre  
os Servidores Efetivos em pleno exercício de suas funções.

II - Os candidatos deverão possuir no mínimo o primeiro Grau  
Completo em sua Escolaridade.

III - A Assembléia será convocada a reunir-se para a votação  
da escolha do Presidente por qualquer um dos demais Membros Conselheiros, desta votação  
será lavrada Ata que após assinada pelos Conselheiros será enviada ao Senhor Prefeito que  
deverá Nomear o Presidente eleito no prazo de 15 (QUINZE) dias, a partir do recebimento  
da respectiva Ata de votação.

cont...



Art.2º) O Conselho Fiscal do IPAM deverá em caso de imprudência ou má fé do Presidente do IPAM, requerer a Exoneração do mesmo ao Sr. Prefeito, após Reunião e aprovação de 2/3 (DOIS TERÇO) do número total dos Conselheiros e Ata devidamente assinada por estes.

Art. 3º) Esta Lei entrará em vigor a partir de 01 de janeiro de 1.997, revogadas as disposições em contrário.

  
\_\_\_\_\_  
BRAZ RESENDE  
PRESIDENTE - CMOPO

027/96/123